

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 5

Cidade Hipotética

Daniel Barbosa Rodrigues (*)

Há quem diz que a Política é uma arte, outro diz ser uma ciência eu prefiro o modo de agir.

Como modo de agir e em sinergia ao contemporâneo tema da Mobilidade Urbana, primeiramente, me posicionaria no trabalho de convencimento, internalização e aceitação por parte do Prefeito e Assessores, para que a gestão tenha sucesso.

De bom alvitre será a realização de um Seminário com essa Temática, com participação de especialistas, direcionados para as forças vivas e formadoras de opinião da cidade.

A cidade hipotética necessita de medidas a começar pela revisão do seu Plano Diretor, a fim de contemplar um modelo de cidade mais compacta onde a vida poderá ser mais concentrada em torres, próximas ao trabalho, lazer, mais eficiente para a saúde e geradora de menos tráfego, com predomínio do modo de transporte público coletivo sobre o individual, do modo não motorizado sobre o motorizado, prioridade ao pedestre, respeito e ordenamento ao uso e ocupação do solo e melhorias nas calçadas em especial nas suas faixas livre, de acesso e de serviço, privilegiar a consolidação de áreas urbanas já ocupadas, como prédios sem uso no centro ou revitalizar bairros degradados, pois essa postura visa aproveitar áreas já com infraestrutura subutilizada. Ao se propor esse modelo de cidade mais compacta, o que vemos em princípio, para acessar ao trabalho, lazer ou a escola, o que as pessoas mais querem é chegar e o ideal é que esses locais estejam próximos e que haja uma forma fácil, limpa, segura, previsível e que demore pouco até chegar a eles.

Elaboração de Projeto de Lei do Executivo disciplinando o comércio ambulante, a criação do modo taxi acessível para as pessoas com mobilidade reduzida, disciplinar o uso de calçadas para bares, hotéis, restaurantes e similares, restrição ao trânsito de caminhões na área central da cidade e criação de estacionamento para caminhões de transporte de produtos perigosos.

Planejamento para substituição de 20% da frota de ônibus de transporte coletivo a cada ano e revisão dos itinerários para melhor atender a periferia, bem como dos equipamentos públicos.

Reengenharia da Administração em seu organograma e estrutura de pessoal, em especial, dos setores de fiscalização, reunindo-os numa só coordenação, capacitação e competência única de todos os fiscais de obras e posturas, de saúde, da vigilância sanitária e de rendas, com nova denominação de Agentes Urbanistas.

Criação de um Centro de Controle Operacional para as atividades de Trânsito e Transporte Coletivo, integrado a Defesa Civil e demais órgãos de Segurança Pública.

Delimitar as vagas para o estacionamento rotativo com prioridade sequencial para as bicicletas, motos, transportes coletivos e carros, observando-se a proporção legal de 5% para idosos e 2% para deficientes físicos.

No que concerne ao trânsito dar-lhe a ótica de integrante do sistema de mobilidade urbana, aumentando a sua capacidade de operar nos setores de Engenharia, Educação e do Esforço Legal, especialmente, com a sua Municipalização.

Essa cidade por ser de planície possui todas as condições geográficas para ser beneficiada com o modal de transporte a pé e o não motorizado.

No deslocamento a pé, as infraestruturas de calçadas, acessibilidades, faixas de travessias iluminadas, lombos faixas, semáforos para pedestres serão objetos de realizações de melhorias.

No modal de transporte não motorizado, as infraestruturas de Ciclo Vias, Ciclo Faixas e Ciclo Rotas, terão prioridades sobre os demais transportes motorizados.

Planejar mais dois grandes eixos como rotas estratégicas na formatação de anel viário, para facilitar a movimentação e transbordo de cargas no território.

A iluminação pública merece destaque, uma vez que impacta diretamente na Ordem Pública (Segurança Pública, Tranquilidade Pública e Salubridade Pública) e com o advento da obrigatoriedade Constitucional do município em receber os ativos das Concessionárias, que o faça com observância legal e técnica.

Por derradeiro, elaborar o Plano de Mobilidade, para que a gestão consiga ter um Planejamento, que seja Organizada, que se tenha uma Coordenação, um Controle, que seja Executável e se cumpra a determinação de legal.

() Daniel Barbosa Rodrigues, Secretário de Trânsito e Mobilidade Urbana, Prefeitura Municipal de Penápolis – SP.*